



**JOSÉ EDUARDO MARQUES
CELORICO DRAGO**

EMPREENDIMENTO *PANORAMIC NATURA HOTEL*

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
Aditamento

Lisboa, Outubro de 2014



Empreendimento Panoramic Natura Hotel
Aditamento ao Estudo de Impacte Ambiental

Esta página foi deixada propositadamente em branco

JOSÉ EDUARDO MARQUES CELORICO DRAGO
EMPREENDIMENTO *PANORAMIC NATURA HOTEL*
ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

ADITAMENTO

ÍNDICE GERAL

<u>1</u>	<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>5</u>
<u>2</u>	<u>PEDIDO DE ELEMENTOS ADICIONAIS</u>	<u>6</u>
2.1	RECURSOS HÍDRICOS	6
2.2	ECOLOGIA	11
2.3	SOCIOECONOMIA	20
	<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>21</u>

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Quantidade de água a aplicar com rega localizada (litros/m ² /dia)	7
Quadro 2 Estimativa da água necessária para rega das áreas alvo de integração paisagística (litros/m ² /dia)	8
Quadro 3 - Área e representatividade dos habitats presentes na área de estudo	14

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Enquadramento da área de estudo na Carta nº 26 (espécies prioritárias de flora) do Plano de Ordenamento da Reserva	12
Figura 2 – Enquadramento da área de estudo na Carta nº 27 (presença de valores florísticos e de vegetação) do Plano de Ordenamento da Reserva	13
Figura 3 – Enquadramento da área de estudo na Carta nº 28 (presença de valores de biótopos para a fauna) do Plano de Ordenamento da Reserva.....	15
Figura 4 – Enquadramento da área de estudo na Carta nº 30 (presença de valores faunísticos) do Plano de Ordenamento da Reserva	16

JOSÉ EDUARDO MARQUES CELORICO DRAGO
EMPREENDIMENTO *PANORAMIC NATURA HOTEL*
ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

ADITAMENTO

1 INTRODUÇÃO

Na sequência do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental do Projecto do Empreendimento Hoteleiro *Panoramic Natura Hotel*, a PROCESL – Engenharia Hidráulica e Ambiental, SA, consultora responsável pela elaboração do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), pretende neste documento responder, cabalmente, à solicitação de esclarecimentos/elementos adicionais formulada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), ao abrigo do n.º 8 do Artigo 14º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de Outubro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014, de 24 de Março), que estabelece o regime jurídico do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).

A referida solicitação, com referência Of. S04189-201409-AMB, Processo nº 21.01.00005.2013, foi deliberada a 16 de Setembro de 2014 e constitui o Anexo I do presente documento.

Em volume autónomo apresenta-se o **Resumo Não Técnico** actualizado, com a informação decorrente dos elementos adicionais solicitados e que vão de encontro com o requerido no Pedido de Elementos Adicionais pela Comissão de Avaliação (CA).

A elaboração do presente pedido de elementos contou com a participação da equipa responsável pela elaboração do EIA, e apoio específico na área dos recursos hídricos subterrâneos do Professor Manuel Oliveira, Hidrogeólogo da Universidade de Lisboa.

2 PEDIDO DE ELEMENTOS ADICIONAIS

2.1 Recursos Hídricos

A caracterização da situação de referência deverá incluir a medição dos níveis piezométricos e a determinação da cota do nível freático, na área de intervenção (poços existentes). Estes dados são de importância fundamental para a determinação de eventual interferência com o nível freático na fase de construção.

De acordo com o enquadramento geológico apresentado no EIA a área de estudo situa-se na Zona Sul Portuguesa que é maioritariamente constituída por uma espessa sucessão de xistos e grauvaques, de idade carbónica, apresentando-se estes dispostos em sequências rítmicas (fácies flysch) às quais se sobrepõe um conjunto de rochas vulcânicas ácidas e básicas do Devónico superior e calcários.

Em Portugal, esta zona pode ser dividida em quatro domínios principais, de norte para sul: Antiforma de Pulo do Lobo, Faixa Piritosa, **Grupo de Flysch do Baixo Alentejo, onde se situa a área de estudo**, e Zona Sudoeste de Portugal (Munhá et al., 1986 in PGBHIRH7 – Guadiana, 2012).

No que respeita à hidrogeologia, nestas formações geológicas não existem aquíferos, sendo os níveis de carácter descontínuo.

Os xistos caracterizam-se por uma fraca permeabilidade, o que significa que não existe circulação importante nestes terrenos, e muito menos apresentam um bom coeficiente de armazenamento.

A reduzida circulação que possa existir ocorre na passagem da zona alterada para a zona não alterada daí que se afirme que o nível freático geralmente acompanha a superfície topográfica com sentidos de escoamentos muito próximos das direcções de escoamento superficial.

Sendo as características do meio um factor condicionante do comportamento hidrogeológico prevê-se que o nível freático se situará à cota próxima do nível de água nos sapais, dada a sua proximidade, especialmente no P2. Estes níveis serão aproximadamente à cota 2 – 3 metros, não se considerando então necessário conhecer, em termos absolutos, a posição do nível freático.

Por outro lado, de referir ainda que as fundações dos edifícios se situam acima da cota 10 não se prevendo intersecção com o nível freático na fase de construção.

Face ao exposto e dada a localização dos poços e a diferença de cotas em relação à área de construção a equipa é de opinião que a possibilidade de haver interferência com o nível freático na fase de construção é muito reduzida ou praticamente nula, destacando-se ainda que em fase de projecto de execução e face aos resultados dos estudos necessários para essa fase, esta situação será novamente aferida com vista a garantir a adaptação das técnicas construtivas previstas às condições locais.

São feitas referências a um sistema de rega com recurso ao aproveitamento de águas pluviais. No entanto, não são quantificados os espaços verdes a regar, nem referido o volume de água a consumir. Não são igualmente referidas as origens de água a utilizar, para além da pluvial. Todos estes aspectos deverão ser desenvolvidos com maior detalhe no EIA.

De acordo com o designado no plano de integração paisagística a arborização e o revestimento vegetal da maior parte da propriedade com características agrícolas será mantida. No entanto, na área envolvente aos edifícios e com vista a apoiar na integração paisagística da área está prevista a plantação de pinheiros mansos, alfarrobeiras e zambujeiros, espécies com boa adaptação local.

Face à fase de desenvolvimento do projecto é possível, em termos indicativos prever o seguinte:

- Área sujeita a arranjo paisagístico: cerca de 11 400 m².
- Nas fases subsequentes do Projecto, aquando a definição do projecto específico de integração paisagística serão tidas em conta as melhores práticas ambientais, nomeadamente o recurso a rega gota-a-gota com vista à optimização de consumos e evitar desperdícios;
- A estimativa das necessidades de água para as plantas (considerando-se a vegetação preconizada como Plantas médias) foi obtida com base em bibliografia disponível, sendo indicada no quadro seguinte:

Quadro 1

Quantidade de água a aplicar com rega localizada (litros/m²/dia)

Época	Plantas médias (cobrindo de 20% a 60% do solo)
Outono/Inverno	2,50 – 1,00
Inverno/Primavera	1,75 – 3,50
Primavera/Verão	4,00 – 5,00

Adaptado de: Armindo Rosa (2009)

- Face ao exposto é possível estimar as seguintes necessidades de água para rega no âmbito da exploração do empreendimento:

Quadro 2

Estimativa da água necessária para rega das áreas
alvo de integração paisagística (litros/m²/dia)

Época	Estimativa de necessidades de água para rega (m ³ /dia)
Outono/Inverno	28,50 – 11,40
Inverno/Primavera	19,95 – 39,90
Primavera/Verão	45,60 – 57,00

De acordo com o exposto na caracterização do projecto ao nível do EIA, nesta fase prevê-se o recurso a sistemas de aproveitamento de águas com vista à sua utilização para rega; no entanto, e nomeadamente nos períodos secos, poderá ser necessário recorrer a outras fontes de água (rede pública ou origem de água existente – poços identificados). O balanço hídrico respectivo, por forma a actualizar estas necessidades será realizado no âmbito do projecto de execução aquando da realização dos estudos hidrológicos específicos na área, nomeadamente para o dimensionamento da drenagem, bem como no âmbito do Projecto de Integração Paisagística.

O Plano de Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais deverá considerar mais locais de amostragem, nomeadamente num ponto de escorrência junto do acesso ao Hotel previsto. Na periodicidade ter em atenção, também, a sensibilidade dos habitats e das espécies quanto à sazonalidade (nidificação, migrações, ...) e a actividade salineira.

O Plano Geral de Monitorização é apresentado no capítulo 10 do EIA, sendo o Plano de Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais apresentado no subcapítulo 10.1.

De forma a dar cabal cumprimento às solicitações do presente pedido de elementos adicionais as alterações ao plano de monitorização referido são apresentadas em seguida, em forma de adenda:

No subcapítulo 10.3.3 – Localização das Amostragem, onde se lê:

- “Deverá ser recolhida uma amostra na **linha de água** que se desenvolve a sul da área de estudo, com o objectivo de monitorizar a qualidade das águas superficiais, de modo a garantir a qualidade da água afluente ao Esteiro da Lezíria;
- As **águas de escorrência** provenientes das vias de circulação (que deverão ser encaminhadas para um ponto de descarga, a definir em Fase de Projecto de Execução). Neste local deverá ser realizada uma amostragem;
- Será construído um **reservatório** onde serão armazenadas as águas pluviais para posterior utilização no sistema de rega. Deverá ser monitorizada a qualidade do efluente a utilizar para a rega e avaliar a eficiência do tratamento aplicado.”

Leia-se:

- Deverá ser recolhida uma amostra na **linha de água** que se desenvolve a sul da área de estudo, com o objectivo de monitorizar a qualidade das águas superficiais, de modo a garantir a qualidade da água afluente ao Esteiro da Lezíria;
- As águas de **escorrência** provenientes das vias de circulação (que deverão ser encaminhadas para um ponto de descarga, a definir em Fase de Projecto de Execução). Neste local deverá ser realizada uma amostragem;
- Ainda relativamente às águas de escorrência deverá ser prevista amostragem num ponto de recolha das águas de escorrência da estrada de acesso ao terreno de implantação do Empreendimento Hoteleiro;
- Será construído um **reservatório** onde serão armazenadas as águas pluviais para posterior utilização no sistema de rega. Deverá ser monitorizada a qualidade do efluente a utilizar para a rega e avaliar a eficiência do tratamento aplicado.

No subcapítulo 10.3.4 – Periodicidade da Amostragem, onde se lê:

“A caracterização do ambiente afectado pelo projecto considera que existem dois períodos distintos do escoamento médio mensal, um Período Seco e um Período Húmido. Nestas circunstâncias, serão realizadas duas campanhas por ano, com uma periodicidade semestral:

- *Período Seco (Estação de águas baixas) – de modo a caracterizar as condições de escoamento mínimo;*
- *Período Húmido (Estação de águas altas) - de modo a caracterizar as condições em que o factor de diluição é mais elevado como resultado do aumento do caudal.*

Antes da fase de construção, deverá ser considerado um ano de monitorização, de modo a que sejam obtidos valores de referência para cada um dos períodos considerados (Período Seco e Húmido).

No que concerne à fase de construção esta deverá ser sujeita a monitorização desde o seu início até ao seu final.

Após a fase de construção, deverá ser prolongada a monitorização dos recursos hídricos superficiais durante a fase de exploração do Empreendimento.

Nestas circunstâncias, deverão ser realizadas duas campanhas anuais:

- *Período Seco (caso o caudal permita a recolha de amostra);*
- *Período Húmido (preferencialmente após as primeiras chuvadas)."*

Leia-se:

A caracterização do ambiente afectado pelo projecto considera que existem dois períodos distintos do escoamento médio mensal, um Período Seco e um Período Húmido. No entanto, tendo em conta a zona sensível do ponto de vista ecológico presente na envolvente e a relevância das áreas húmidas adjacentes ao projecto, nomeadamente para espécies de avifauna limícolas, deverão ser previstas amostragens de periodicidade trimestral, sendo realizadas quatro campanhas anuais, permitindo fazer coincidir com épocas de amostragem definidas para os sistemas ecológicos.

Previamente à fase de construção, deverá ser considerado um ano de monitorização, de modo a que sejam obtidos valores de referência, bem como ensaiar os pontos de monitorização seleccionados.

A calendarização da amostragem deverá ser ajustada à programação das obras de construção, devendo iniciar-se com o arranque da fase de construção e prolongar-se durante a fase de exploração. A duração da monitorização na fase de exploração

deverá ser no mínimo de 3 anos, embora os resultados obtidos ao longo da monitorização devam permitir decidir sobre a duração deste período.

Nomeadamente na fase de construção, tendo em consideração as actividades previstas no cronograma de obra e a sua calendarização será avaliada a necessidade de reforço da monitorização, por forma a ser possível avaliar os reais efeitos da construção do Empreendimento Hoteleiro.

Dependendo dos resultados obtidos durante os diferentes períodos de amostragem, nas diferentes fases de implementação do projecto, poderá ser avaliada a alteração da frequência de amostragem.

2.2 Ecologia

Deverá ser alargada a área de estudo para a envolvente do empreendimento, para além de um "buffer" de 100 m, que não é representativo quanto à diversidade de ocorrências e valores, relações e importâncias específicas ou relativas e, nomeadamente, quanto à poluição difusa dos recursos hídricos, que poderá abranger toda a sub-bacia hidrográfica norte do esteiro da lezíria, os sapais, as pequenas lagoas de maré e as salinas e os potenciais impactes negativos; sugerem-se "buffers" de 400m para Oeste, 300m para Norte, 500 m para Este e 1300m para Sul.

Conforme sugerido, alargou-se a área de estudo na área envolvente ao local de implementação do Projecto. Relativamente à Situação de Referência da componente ecológica, deverá então ser reanalisado o conjunto de habitats e biótopos presente na nova área, assim como os valores ecológicos associados.

Optou-se ainda por realizar nova análise sobre a informação cartográfica disponibilizada pelo Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (Erena, 2007).

Analizando a distribuição conhecida de espécies prioritárias de flora do Plano de Ordenamento da Reserva (Figura 1), verifica-se que a nova área de estudo não inclui novas espécies, mas abrange agora toda a área de distribuição de *Melilotus segetalis* subsp. *fallax*, situada a sul e sudeste da área de implementação do Projecto.

Quando analisada a nova área de estudo face à presença de valores florísticos e de vegetação (Cartas nº 27 do PO) (Figura 2), aumenta a abrangência de áreas de valor

Alto e Excepcional na envolvente, além de passar a considerar-se uma nova classe de valor:

- Médio – corresponde à massa de água do rio Guadiana e às salinas mais a sul, próximas de Castro Marim.

Com o alargamento da área de estudo procurou-se ainda analisar a presença de novos habitats e de conhecer a sua representatividade. Assim, no Anexo II ao presente documento é apresentada a Figura 9 – Habitas, do Anexo I do EIA (Peças Desenhadas), devidamente reformulada face à presente análise, denominando-se agora Figura 9a. No Quadro 3, apresenta-se as diferentes classificações definidas para a nova área de estudo, a sua proporção e distribuição.

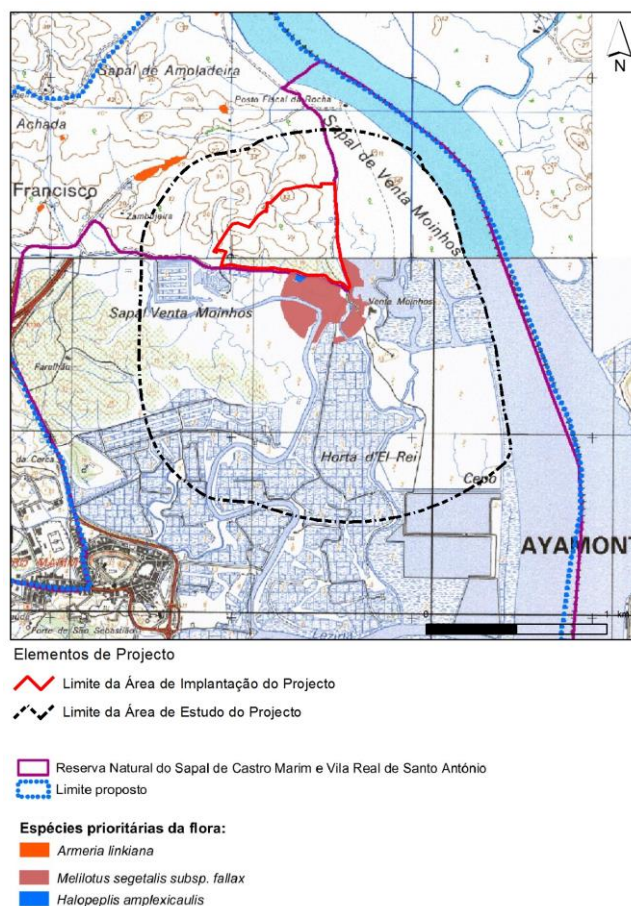


Figura 1 – Enquadramento da área de estudo na Carta nº 26 (espécies prioritárias de flora) do Plano de Ordenamento da Reserva

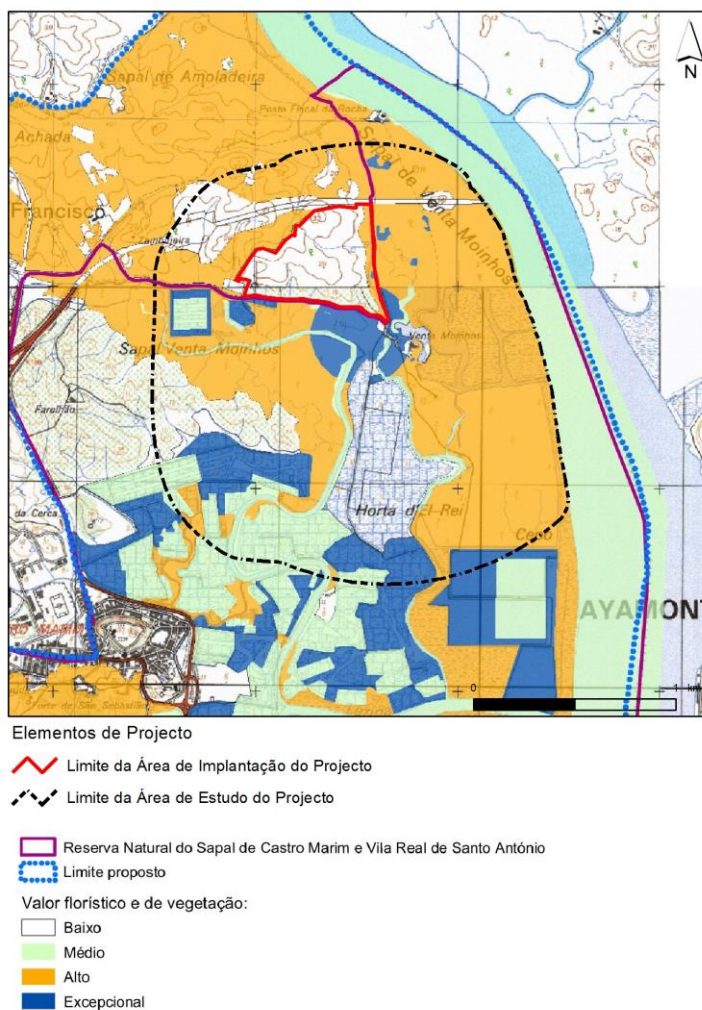


Figura 2 – Enquadramento da área de estudo na Carta nº 27 (presença de valores florísticos e de vegetação) do Plano de Ordenamento da Reserva

Quadro 3 - Área e representatividade dos habitats presentes na área de estudo

HABITAT	ÁREA	
	ha	%
Áreas artificializadas	10,6	2,9
Cultura de sequeiro de alfarrobeira	41,5	11,4
Matos	27,2	7,5
Pastagem	4,9	1,4
Plano de água	0,9	0,3
Salinas	89,6	24,6
Sapal	189,7	52,1
TOTAL	364,4	100,0

Com o alargamento do “buffer” da área de estudo, naturalmente que a área analisada aumentou. Embora não se tenham registado novos habitats nesta análise, a representatividade dos habitats já conhecidos modificou-se significativamente:

- As áreas de sapal representam agora metade da área de estudo, predominando na zona nascente até à margem do rio Guadiana e ainda imediatamente a sul da área de Projecto;
- A área de salinas abrangida também aumentou, embora a área mais representativa se encontre mais a sul, próximo de Castro Marim;
- Inversamente, as áreas de cultura de sequeiro de alfarrobeira, embora tenham aumentado em área, reduziram bastante em representatividade.

Relativamente à fauna, recorreu-se novamente à cartografia desenvolvida no Plano de Ordenamento da Reserva (Erena, 2007), para analisar a importância das novas áreas em estudo, nomeadamente ao nível da presença de valores de biótopos para a fauna (Carta nº 28 do PO – Figura 3) e de valores faunísticos (Carta nº 30 do PO – Figura 4).

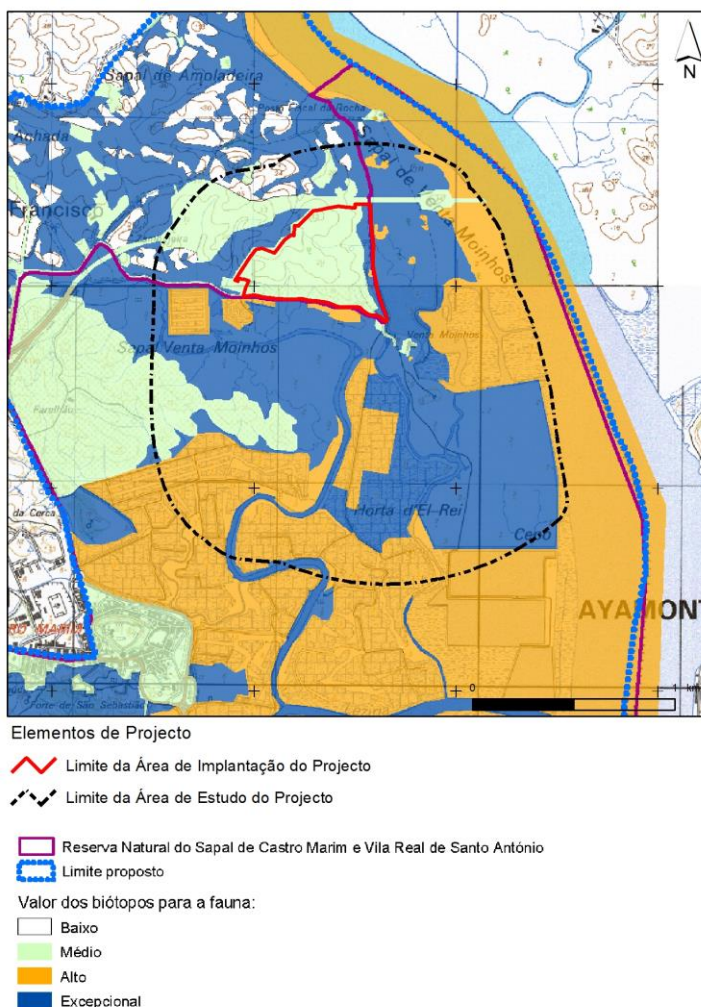


Figura 3 – Enquadramento da área de estudo na Carta nº 28 (presença de valores de biótopos para a fauna) do Plano de Ordenamento da Reserva

Verifica-se que a nova área de estudo abrange maior área com valor Excepcional e Alto de biótopos para fauna (Figura 3). Tal como já se havia verificado, as áreas de valor Excepcional correspondem aos sapais que se localizam a sul e nascente na área de estudo, assim como às pastagens que rodeiam a área de pomares de sequeiro. As áreas de valor Alto correspondem às salinas já conhecidas e que se situam sobretudo junto do limite sul da área de Projecto, enquanto áreas mais representativas encontram-se no limite nascente (sapais da margem do rio Guadiana) e a sul (salinas próximo de Castro Marim) da nova área de estudo.

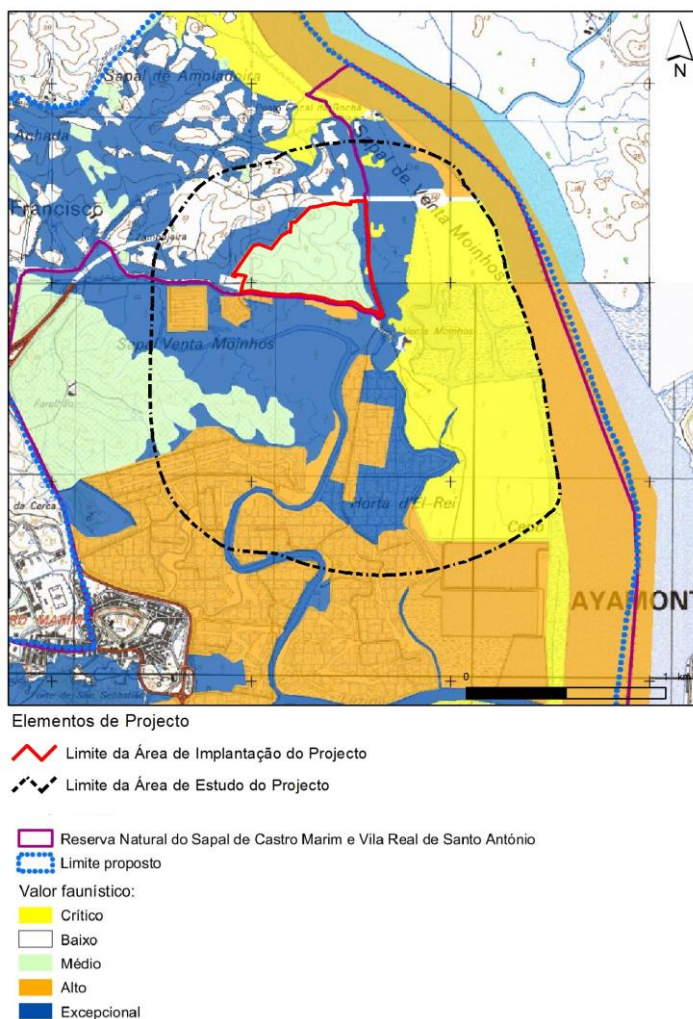


Figura 4 – Enquadramento da área de estudo na Carta nº 30 (presença de valores faunísticos) do Plano de Ordenamento da Reserva

A cartografia de valores faunísticos (Figura 4) é muito semelhante à de biótopos faunísticos, exceptuando a área nascente, representada pelos sapais junto à margem do rio, que é classificada de valor faunístico Crítico. De acordo com o Plano de Ordenamento da Reserva (Erena, 2007), para esta classe de valor considerou-se os biótopos faunísticos de valor Alto ou Excepcional coincidentes com locais de especial interesse para espécies prioritárias que genericamente correspondem a:

- Manchas de vegetação palustre e parte do sapal secundário de Amoladeiras, nos Sapais do Beliche-Caroucha (imediatamente a norte da área de estudo);

- Algumas manchas de sapal, essencialmente secundário, alguns prados, pastagens e pousios e uma pequena área das salinas industriais do Cerro do Bufo (a sudeste de Castro Marim, fora da área de estudo);
- Alguns corpos de água doce com vegetação palustre e as lagoas temporárias, na área da actual Reserva (parcialmente abrangidos pela área de estudo, na sua metade nascente).

Desta análise efectuada, em função do estabelecimento da nova área de estudo, importa reforçar os biótopos elencados em função do seu nível de relevância e principais espécies associadas de acordo com os valores identificados no Plano de Ordenamento da Reserva (Erena, 2007):

- Sapais secundários, prados, pastagens e pousios – elevada importância para várias aves estepárias de conservação prioritária;
- Viveiros em salinas industriais – importante para várias espécies de aves aquáticas, das quais se destaca o alcatraz de Audouin;
- Corpos de água doce – elevada importância para espécies como o caimão, a rã-de-focinho-pontiagudo e o cágado-de-carapaça-estriada;
- Sapais primários – importante função de *nursery* para douradam robalo e sargo. Importantes para passeriformes;
- Salinas artesanais – importância para grande número de espécies de aves aquáticas;
- Lagoas temporárias – importantes para os anfíbios.

Análise de impactes da componente ecológica ao nível da alteração da qualidade das águas superficiais

Durante a fase de construção, a realização de aterros e escavações aliada ao transporte de terras e movimentação de maquinaria afecta à obra, promovem a degradação do solo, com consequente emissão de poeiras e desprendimento de terras que se irão, em parte, depositar nas linhas de água mais próximas, aumentando assim o teor em sólidos em suspensão, podendo afectar as áreas de sapal e zonas húmidas existentes.

Da análise da área de estudo, quanto aos habitats que aí ocorrem, percebeu-se que a representatividade de áreas húmidas na envolvente da área de Projecto é muito significativa, e portanto sensíveis ao impacte de alteração da qualidade das águas superficiais.

De referir que no EIA foram propostas medidas de minimização que se consideram importantes para evitar a deposição de poeiras nas linhas de água afectas à área de estudo e, consequentemente na zona de sapal existente.

Tendo em conta os efeitos que a alteração da qualidade da água poderá provocar nas comunidades florísticas e faunísticas, sobretudo aquelas associadas a áreas húmidas na envolvente da área de Projecto, estima-se que o impacto associado à fase de construção deverá ser negativo, de magnitude moderada, significativo, provável, local, temporário, reversível, imediato, directo e minimizável. A avaliação da significância do impacte teve em conta a valoração florística e faunística analisada na situação de referência, em que na área de implementação do projecto foi maioritariamente Baixa ou Média, enquanto na sua envolvente próxima assume uma valoração Alta e Excepcional, ou mesmo Crítica quando referente a valores faunísticos.

Na fase de exploração, tal como foi referido no EIA, no que se refere à qualidade dos recursos hídricos superficiais associada à descarga de águas pluviais, embora se trate de um impacte negativo, a certeza da magnitude e significado do impacte não é passível de classificação, devendo, em fase de Projecto de Execução, considerar-se a melhor opção de projecto de forma a garantir a minimização deste impacte, nomeadamente através da definição do caudal de escoamento e, eventualmente, da adopção de um tratamento primário das águas que são descarregadas para o meio hídrico receptor.

Também no EIA já havia sido referido que as águas de escorrência provenientes do picadeiro, espaços verdes e acessos viários poderão constituir uma fonte poluidora das águas superficiais. Ou seja, a poluição difusa causada por uma gestão deficiente da limpeza da área do picadeiro e (excrementos deixados pelos cavalos) assim como uma inadequada drenagem das águas de escorrência das vias e a aplicação de fertilizantes nos espaços verdes, poderão comprometer a qualidade das águas superficiais, através da drenagem de águas de escorrência contaminadas, constituindo, desta forma, um impacte negativo e de elevada significância ao nível dos recursos hídricos e, consequentemente, nos ecossistemas húmidos a montante.

Assim, para a fase de exploração, considera-se que os impactes decorrentes da alteração da qualidade da água sobre a componente de flora e fauna serão negativos, directos, de magnitude reduzida a moderada, locais, certos, permanentes, reversíveis, imediatos, pouco significativos a significativos. Estes impactes são passíveis de mitigação, tendo sido no EIA apresentadas diversas medidas adequadas a salvaguardar a adequada gestão dos recursos hídricos, nomeadamente no que respeita à poluição difusa, nomeadamente:

- Deverá ser minimizada a aplicação de fertilizantes nos espaços verdes, ao estritamente necessário, através de selecção de alternativas, tais como, utilização de espécies que requeiram um input mínimo de nutrientes, aplicando exclusivamente as quantidades de fertilizantes e pesticidas estritamente necessárias para o seu correcto desenvolvimento, evitando assim o uso intensivo destes produtos;
- O manuseamento dos fertilizantes e de outros produtos químicos deve ser efectuado com o maior cuidado e em locais adequados, de forma a se evitarem eventuais contaminações ou lixiviações para o nível freático;
- Restringir o uso de agro-químicos, adoptando técnicas alternativas, como a utilização de produtos biológicos;
- Deve ser garantida a limpeza regular de todos os órgãos de drenagem de modo a garantir a funcionalidade dos mesmos e evitar riscos de inundação;
- No caso de se verificar alguma ruptura na rede de drenagem de águas residuais, esta deve ser de imediato reparada no sentido de minimizar a contaminação das águas superficiais e do solo;
- Garantir a correcta limpeza e gestão de resíduos da área de picadeiro e acessos utilizados na prática equestre, sendo estes devidamente assinalados.

Importa apenas referir que na situação de referência a área de estudo é actualmente utilizada para exploração de gado que não se prevê manter na fase de exploração. Neste sentido, a carga orgânica produzida pelo excremento de gado deverá desaparecer.

De referir que no EIA se apresentou um Plano de Monitorização de Recursos Hídricos Superficiais com o objectivo de promover e controlar a manutenção e melhoria da qualidade da água, bem como das condições de escoamento das linhas de água. De forma indirecta, este Plano constitui uma monitorização da qualidade da água disponível para os ecossistemas húmidos presentes na envolvente do empreendimento e funcionar como sistema de alerta para eventuais desequilíbrios provocados pela exploração do empreendimento. No âmbito do presente aditamento são apresentados ajustes a este PM nomeadamente nos locais e frequência das amostragens com vista adequar a este objectivo.

2.3 Socioeconomia

Deverá ser avaliada a perda de rendimentos decorrente da afetação da exploração agrícola a outro uso, resultante da construção do empreendimento e infraestruturas.

Actualmente, o terreno escolhido para a implantação do Empreendimento Hoteleiro *Panoramic Natura Hotel*, propriedade do proponente, encontra-se arrendado para a exploração das alfarrobeiras aí existentes.

Tendo em conta a estratégia de integração paisagística inerente ao PIP apresentado, bem como o conceito implícito com vista à perfeita harmonia com a envolvente, pelas suas características, prevê-se a minimização da alteração do coberto vegetal por confinamento às áreas a construir, pese embora não evitar o abate de algumas das espécies presentes.

Aliada à manutenção do coberto existente, e tendo em vista a ênfase do contributo do Projecto para o desenvolvimento local e regional é intenção do proponente garantir a manutenção do arrendamento.

BIBLIOGRAFIA

ARMINDO ROSA (2009). ESTIMATIVA DAS NECESSIDADES HÍDRICAS DAS PLANTAS DE JARDIM, Textos de apoio para aulas de formação profissional. Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, da Mata de Monte Gordo e dos Sapais do Beliche-Caroucha, ERENA, 2007.

Anexo I – Ofício de Pedido de Elementos Adicionais



Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Algarve

Exmo. Senhor
José Eduardo Marques Celorico
Drago
Av. das Forças Armadas, nº133, LB,
8º Dto.
1600-081 Lisboa

Sua Referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Procº nº 21.01.00005.2013
Entrada nº E05729-201408
Ofício nº S04189-201409-AMB

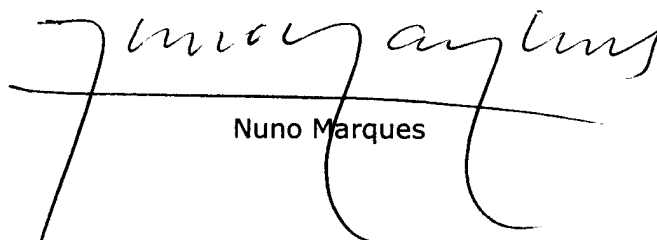
ASSUNTO: EIA do Empreendimento Hoteleiro "Panoramic Natura Hotel" - Pedido de Elementos Adicionais
Proponente: José Eduardo Marques Celorico Drago
Licenciador: Câmara Municipal de Castro Marim

De acordo com o disposto no ponto 5 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, a Comissão de Avaliação (CA) do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), relativo ao projeto acima referido, reuniu no dia 12 de setembro de 2014, com o objetivo de se pronunciar sobre a conformidade do EIA com base nas normas técnicas para a estrutura e conteúdo definidos na Portaria n.º 330/2001, de 2 de abril.

Sem prejuízo da apreciação técnica subsequente, a CA considerou, após apreciação dos documentos enviados, que o EIA não incluía informação suficiente, relativamente a alguns fatores, para deliberar sobre a sua conformidade, pelo que ao abrigo do n.º 8, do artigo 14º, do citado Decreto-Lei, deverão ser enviados a estes serviços, no prazo de 60 dias, elementos que dêem resposta às questões identificadas no documento que se anexa.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente


Nuno Marques

Anexos: O mencionado
LR/..

1/1



GOVERNO DE
PORTUGAL

PRESIDÊNCIA DO
CONSELHO DE MINISTROS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
Praça da Liberdade, 2, 8000-164 Faro • Portugal
Tel: +351 289 895 200 • Fax: +351 289 895 299
E-mail: geral@ccdr-alg.pt • www.ccdr-alg.pt

EIA do Empreendimento Hoteleiro "Panoramic Natura Hotel"

Pedido de Elementos Adicionais

Recursos Hídricos

- A caracterização da situação de referência deverá incluir a medição dos níveis piezométricos e a determinação da cota do nível freático, na área de intervenção (poços existentes). Estes dados são de importância fundamental para a determinação de eventual interferência com o nível freático na fase de construção.
- São feitas referências a um sistema de rega com recurso ao aproveitamento de águas pluviais. No entanto, não são quantificados os espaços verdes a regar, nem referido o volume total de água a consumir. Não são igualmente referidas origens de água a utilizar, para além da pluvial. Todos estes aspectos deverão ser desenvolvidos com maior detalhe no EIA.
- O Plano de Monitorização dos Recursos Hídricos Superficiais deverá considerar mais locais de amostragem, nomeadamente num ponto de escorrência junto do acesso ao Hotel previsto. Na periodicidade ter em atenção, também, a sensibilidade dos habitats e das espécies quanto à sazonalidade (nidificação, migrações, ...) e a actividade salina.

Ecologia

- Deverá ser alargada a área de estudo para a envolvente do empreendimento, para além de um "buffer" de 100m, que não é representativo quanto à diversidade de ocorrências e valores, relações e importâncias específicas ou relativas e, nomeadamente, quanto à poluição difusa dos recursos hídricos, que poderá abranger toda a sub-bacia hidrográfica norte do esteiro da Lezíria, os sapais, as pequenas lagoas de maré e as salinas e os potenciais impactes negativos; sugerem-se "buffers" de 400m para Oeste, 300m para Norte, 550m para Este e 1300m para Sul.

Socioeconomia

Deverá ser avaliada a perda de rendimentos decorrente da afetação da exploração agrícola a outro uso, resultante da construção do empreendimento e infraestruturas.

Resumo não Técnico

Quanto ao Resumo Não Técnico (RNT), o mesmo deverá ser reformulado de modo a contemplar, caso se considere relevante, os aspetos específicos relativos aos fatores acima descritos, bem como, deverão ser corrigidos os seguintes aspetos:

- Página 3 – Na última linha é referida a Agência Portuguesa do Ambiente em vez da CCDR-Algarve
- Página 10 – Na 1ª linha está referido "...limite poente do terreno...." quando deveria ser nascente;
- Figura 4.1 – Na legenda a cor da área a renaturalizar não corresponde à da figura.

Anexo II – Peças desenhadas: Alteração à Figura de Habitats

LEGENDA

- Limite do lote / área de intervenção
- 1

 Edifício núcleo central
- 2

 Núcleos unidades de alojamento
- Espaços de lazer exteriores

Área de lazer / desporto informal

Equipamento infantil

Picadeiro (Cavalos)

Acesso pedonal

Acesso viário automóvel / estacionamento

Área a renaturalizar
- Habitats

cultura permanente sequeiro

matos

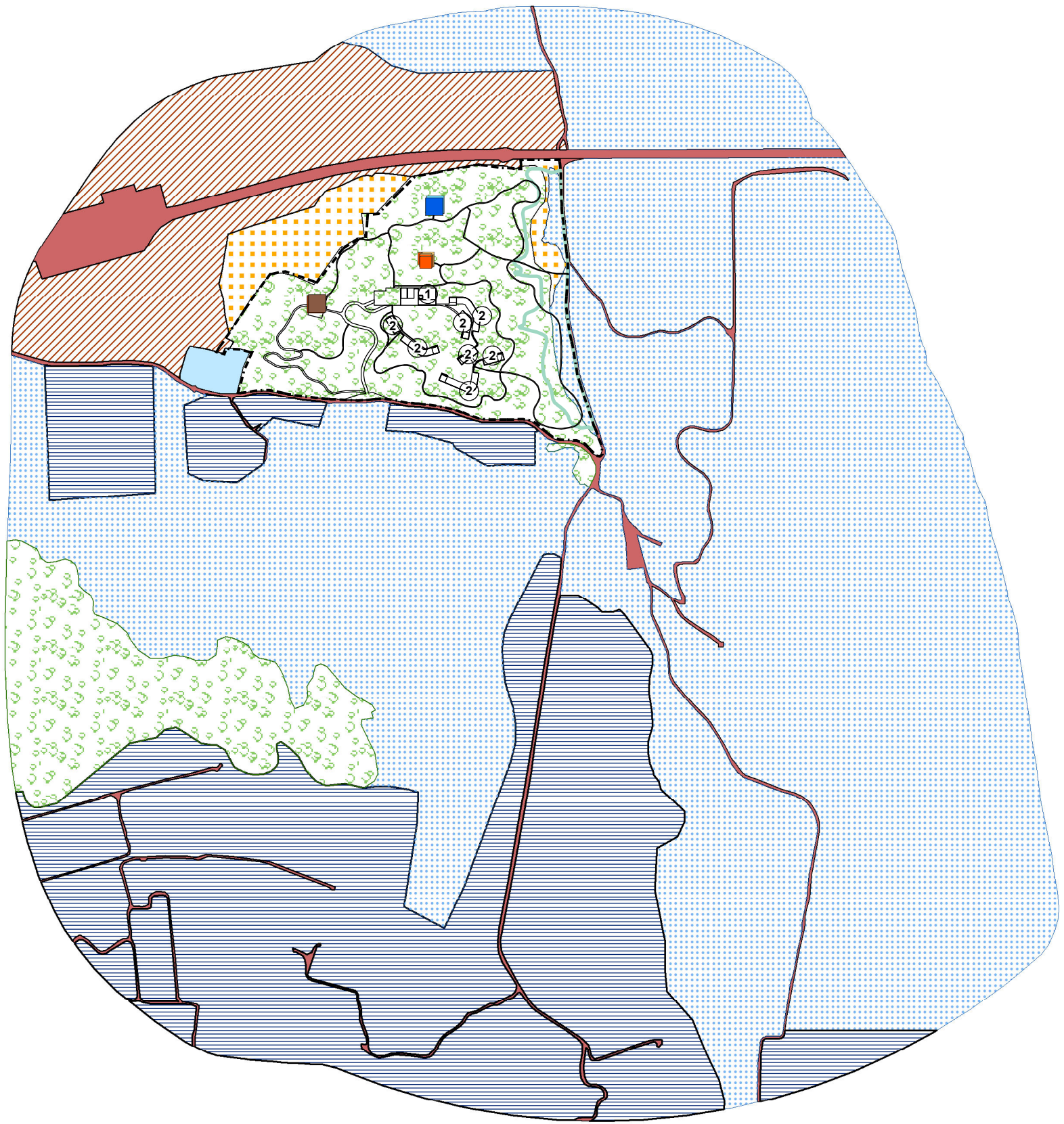
pastagem

plano de água

salinas

sapal

area artificializada



0 200 m
1:10.000

Figura 9a
Habitats

Ref: T2013-35012714\12714Fig9a.mxd